



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Reprodução



Elas estão na disputa

Na disputa ao Governo do Distrito Federal, há mulheres em sete das 11 chapas que devem concorrer em outubro. São duas cabeças de chapa — Keka Bagno, da federação PSol-Rede, e Leila Barros, do PDT. Há, também, quatro vices: Celina Leão (PP), de Ibaneis Rocha (MDB); Olgamir Amancia (PCdoB), de Leandro Grass (PV), da federação PT-PV-PCdoB; Janaína Almeida (PSB), de Rafael Prudente (PSB); e Suelene Balduino (DC), de Lucas Salles (DV). Elas ainda são minoria, mas estão no páreo. A escolha dos partidos e candidatos para as vices foi proposital. Muitas mulheres querem votar em mulheres. A presença delas na campanha pode ser fundamental. Quem não tem uma aliada diretamente na chapa deve buscar o apoio feminino de candidatas ou correligionárias para a campanha. Na disputa nacional, as chapas que estão na frente e polarizadas, de Lula (PT) e Bolsonaro (PL), são totalmente masculinas. Por isso, eles têm apresentado as mulheres, Janja da Silva e Michelle Bolsonaro, nos palanques, como participação especial.

Apoio no Podemos

Na volta ao Senado, ontem, depois da decepção do fim de semana com a candidatura, o senador pelo DF José Antônio Reguffe (sem partido) recebeu muitas manifestações de solidariedade. Entre os senadores que prestaram homenagem, dois são do Podemos: Eduardo Girão (CE) e Styvenson Valentim (RN). Ambos disseram que Reguffe é um exemplo na política. Sinal de que ele teria mais apoio no Podemos, onde chegou a ser convidado pela presidente nacional da sigla, Renata Abreu, para disputar a Presidência da República.

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A. Press



Agora é oficial

Reguffe enviou, ontem, à Secretaria-Geral do Senado a carta de desfiliação do União Brasil.

Câmara mantém autorização para auxílio-moradia da PCDF

A Câmara Legislativa (CLDF) derrubou o veto do governador Ibaneis Rocha (MDB) à emenda da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2023 que permite a criação do auxílio-moradia e o sobreaviso indenizado para os policiais civis do DF. A LDO havia sido aprovada em 29 de junho pelos deputados distritais, autorizando os benefícios previstos aos servidores das carreiras da Polícia Civil (PCDF). Ao sancionar a lei, no entanto, o governo local vetou os itens. Como a decisão final é do Legislativo, os parlamentares votaram por manter o dispositivo como aprovado pela Casa. Os diretores do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF) estiveram no plenário e acompanharam toda a votação. A emenda é de autoria do presidente da CLDF, Rafael Prudente (MDB).

Debate na UnB

Hoje tem debate na UnB com os candidatos ao Governo do DF, mas só três confirmaram participação: Keka Bagno (PSol), Rafael Parente (PSB) e Leandro Grass (PV).

Dia do advogado

O governador Ibaneis Rocha (MDB) foi convidado para o almoço do Sindicato dos Procuradores do DF, amanhã, no dia do advogado. Será lançado, também, o livro sobre os 60 anos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, evento adiado por causa da pandemia.

"(O) TSE (Tribunal Superior Eleitoral) precisa agir com rigor contra fake news. Antes, foram o kit gay e a mamadeira de piroca; agora, a cartilha do crack. Essa gente não tem limites e precisa de um freio. Espalhar mentiras deve levar à cassação da candidatura"

Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT

"Começou! Bora, PT, prova que eu menti. Prova que a cartilha que ensina a usar crack nunca existiu. Não vi o PT pedir a cassação do senador Camata quando ele denunciou a mesma cartilha na tribuna do Senado, em 2008"

Ex-ministra Damares Alves (Republicanos-DF), candidata ao Senado pelo DF



Nelson Almeida



Ed Alves/CB/D.A. Press

Acordo para receber precatórios já

Encerra nesta sexta-feira o prazo para aderir à 8ª Rodada de Acordo Direto para pagamento de precatórios alimentares e comuns em que o Distrito Federal ou qualquer de suas autarquias ou fundações figurem como devedores. As tratativas são conduzidas pela Procuradoria-Geral do DF. A rodada contempla exclusivamente os precatórios decorrentes de processos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O montante destinado para pagamento dos títulos é de R\$ 250 milhões. Até o momento, mais de 500 titulares aderiram ao acordo. O credor recebe o pagamento de forma antecipada, mediante deságio de 40% sobre o valor atualizado. O Imposto de Renda e a Previdência Social, quando incidentes, serão deduzidos do valor final.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

CONFLITO JUDICIAL / Partes envolvidas na construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, em Taguatinga, vão negociar a entrega do empreendimento para o GDF, ao custo de R\$ 370 milhões. Reunião entre Executivo local e empresas será hoje

Acertos para ocupar o Centrad

» ANA ISABEL MANSUR

Alonga novela que envolve o Centro Administrativo do Distrito Federal (Centrad), cujo nome chegou às investigações da Operação Lava-Jato, pode estar perto de um desfecho. O Executivo local se reunirá, hoje à tarde, com as partes envolvidas na construção do complexo, para tratar da obtenção do edifício pelo governo, que pretende gastar até R\$ 370 milhões — bem abaixo dos cerca de R\$ 1,5 bilhão desembolsados pelas construtoras do empreendimento. Contudo, ainda não há previsão de ocupação da estrutura.

O encontro busca destravar o processo de ocupação do Centrad fora do âmbito judicial. O complexo foi construído por meio de consórcio, formado pelas empresas Odebrecht e Via Engenharia, e financiado pelos bancos Santander e Caixa Econômica Federal, em parceria público-privada (PPP). Como não houve dinheiro do Governo do Distrito Federal (GDF) para execução das obras, embora o terreno seja da Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap), o possível acordo não será de venda, mas de indenização do Estado às construtoras, que passam por recuperação judicial.

A megaestrutura, pensada

Delação premiada

Em 2017, um executivo da Odebrecht acusou o ex-governador Agnelo Queiroz e o ex-vice-governador Tadeu Filippelli (MDB) de terem recebido propina para favorecimento do consórcio que construiria o Centrad. Em delação premiada, o colaborador afirmou que a empresa teria prometido R\$ 15 milhões aos dois políticos em troca de agilidade na ocupação do centro administrativo. A quantia seria usada na campanha de reeleição da dupla, em 2014. As informações se desdobraram em investigações no âmbito da Operação Panatenaica.

para abrigar parte dos serviços administrativos públicos da capital federal, fica em Taguatinga e nunca foi ocupada. O espaço, construído em uma área de 182 mil metros quadrados — equivalentes a, aproximadamente, 25 campos de futebol —, tem 16 prédios e fica na Avenida Elmo Serejo, ao lado do Estádio Serejão, da Rodoviária de Taguatinga

Breno Fortes/CB/D.A. Press



Complexo tem área equivalente a cerca de 25 campos de futebol

e próximo à Estação Centro Metropolitano do metrô.

A assinatura do contrato de PPP ocorreu em 2009, na gestão de José Roberto Arruda (PL), e a inauguração se deu em dezembro de 2014, no último dia do governo Agnelo Queiroz (PT) e sem instalações para os escritórios. Quando assumiu o Palácio do Buriti, em 2015, o governador Rodrigo Rollemberg

(PSB) deixou o centro administrativo de lado e alegou que os custos para colocá-lo em funcionamento seriam maiores do que os valores pagos pelo Executivo local pelos alugueis dos prédios das secretarias. Posteriormente, a abertura do Centrad virou promessa de campanha de Ibaneis Rocha (MDB), mas, por enquanto, o projeto não se concretizou.

Trâmites

Chefe da Assessoria de Projetos Especiais, ligada ao gabinete do governador, Marcelo Lavocat Galvão afirma que o valor da indenização foi estabelecido pela Terracap. "A agência, que é um órgão imparcial e desinteressado no processo, avaliou o imóvel em R\$ 370 milhões. É o limite (de gasto). A ideia é chegar a um consenso e resolver o impasse para todas as partes. Essas empresas fizeram a obra, (que está) 95% concluída. O GDF quer pagar por isso", afirmou o gestor, ao destacar que o Executivo local ainda não apresentou propostas.

O imóvel está sob responsabilidade do GDF desde junho último, e a reunião será para definir se todos os envolvidos aceitam o acordo. Sem anunciar data para abertura dos prédios, Marcelo destacou que há um plano em desenvolvimento. "Antes, precisamos realizar as obras pendentes, de acabamento. Não há condições de ocupá-lo até o fim do ano. Não é da noite para o dia. Também precisamos resolver as questões viárias, para evitar transtornos no trânsito", completou.

A via administrativa é uma forma de tentar solucionar o problema mais rapidamente, segundo o advogado Fernando Luiz Carvalho Dantas, especialista em direito público e administrativo. "É possível resolver a

controvérsia pela autocomposição — uma forma não judicial de desfructuar conflitos por uma pactuação entre o DF e o consórcio. A relação com os bancos é indireta", comentou.

Fernando Luiz acrescenta que, como o terreno pertence ao DF, o processo não envolve compra. Além disso, o contrato inicial previa repasses mensais de R\$ 22 milhões às construtoras, por 22 anos, após a entrega das obras. No entanto, como não foram finalizadas, não houve pagamento das quantias. "A expectativa das empresas quanto às receitas futuras não pode ser exigida, do ponto de vista administrativo, mas, judicialmente, pode ser questionada."

A discrepância entre o valor que o GDF vai oferecer e a quantidade investida pelo consórcio depende de avaliações, comenta Fernando Luiz. "É uma questão de perícia. Se houver interesse em recuperar o valor, as empresas terão de aderir à proposta do GDF, o que coloca o consórcio na posição de analisar se vale a pena judicializar a questão", observa o advogado, que calcula uma tramitação de até cinco anos se o caso parar na Justiça.

O Correio entrou em contato com as empresas mencionadas na reportagem e, até o fechamento desta edição, só recebeu retorno da Odebrecht, que não se manifestará sobre o tema.